

A TRAMA ACONTECIMENTAL FEITA DE DISPUTAS POLÍTICAS E COMUNICACIONAIS¹

THE EVENT PLOT MADE OF POLITICAL AND COMMUNICATIONAL DISPUTES

Fiorenza Zandonade Carnielli²
Maria Helena Weber³

Resumo: *Esse texto tem por objetivo apresentar o conceito ‘trama acontecimental’ como hipótese de orientação à análise de fatos e fenômenos extremos convertidos em acontecimentos públicos porquanto afetam e convocam o Estado, a sociedade e organizações privadas. A trama acontecimental serve à identificação da disputa entre interesses públicos e privados em torno do acontecimento público que vai sendo revelado, interpretado e simbolizado. A constituição da trama ocorre em quatro dimensões que se alternam e sobrepõem, a partir da dimensão zero (ruptura), a política, a comunicação e a permanência do acontecimento. O exercício apresentado analisa as Tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais (Brasil) a partir do conceito trama acontecimental.*

Palavras-Chave: *Acontecimento Público, Comunicação Pública e Política. Trama acontecimental*

Abstract: *This text aims to present the concept event plot as a hypothesis to guide the analysis of facts and extreme phenomena converted into public events because they affect and convoke the state, society and private organizations. The event-related plot serves to identify the dispute between public and private interests around the public event that is being revealed, interpreted and symbolized. The constitution of the plot occurs in four dimensions that alternate and overlap themselves, starting from dimension zero (rupture), politics, communication, and the permanence of the event. The study presented analyzes the tragedies of the cities of Mariana (2015) and Brumadinho (2019), in Minas Gerais (Brazil) from their concept.*

.Keywords: *Public Event. Public and Political Communication. Event plot.*

“Trata-se de exercícios de pensamento político, na forma como este emerge da concretude de acontecimentos políticos (embora tais acontecimentos sejam mencionados apenas de passagem) e meu pressuposto é que o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva (...)”. Hannah Arendt

¹ Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Política do 32º Encontro Anual da Compós. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, de 3 a 7 de julho de 2023.

² Doutora e professora vinculada ao Departamento de Comunicação da FABICO/ UFRGS. (fiorenzazc@gmail.com).

³ Doutora, pesquisadora e professora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (UFRGS), (maria.weber@ufrgs.br)

1. Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar o conceito *trama acontecimental* como hipótese e contribuir para a análise da complexidade de fatos e fenômenos extremos convertidos em acontecimentos públicos – capazes de afetar e convocar o Estado, instituições públicas, a sociedade e organizações privadas, direta indiretamente relacionadas e responsáveis. A *trama acontecimental* (CARNIELLI, 2021) é de ordem epistemológica vinculada à hipótese de que os acontecimentos públicos assim se constituem quando em disputas políticas e comunicacionais e de interesses públicos e privados.

Entendemos que o impacto e a potência real e simbólica do fenômeno ou do evento os transformam em acontecimentos públicos, na medida em que são revelados, interpretados, simbolizados e disputados em processos e dispositivos comunicacionais que afetam e convocam o Estado, a sociedade e organizações privadas; expõem interesses públicos e privados; tecem narrativas e estéticas; e permanecem num tempo indefinido enquanto houver direitos, deveres e dinheiro em jogo que incidem na rentabilidade institucional, ou seja na imagem pública. Há uma complexidade imanente ao acontecimento público que interessa o campo de estudos da comunicação política, na medida em que aciona questões de visibilidade, transparência, responsabilidade governamental e o debate público (político, social, midiático, jurídico). Identificam-se aqui, processos de disputa sobre a ‘verdade’ e o real do acontecimento que o mantém aberto, inconcluso e resignificando a experiência pública e interferindo na compreensão histórica e na memória individual e coletiva. Essa complexidade tem sido abordada pelas pesquisas do Núcleo de Comunicação Pública e Política, especialmente, com Becker (2017), Carnielli (2021), Coelho (2013), Guerra (2022), Kegler (2016), Pires (2020) e Weber (2017, 2020), Weber, Coelho e Locatelli (2017) e Weber (org) (2022).

Trazemos para o texto, o eixo teórico associado, principalmente à visibilidade, comunicação política e narrativas, conforme Quéré (2011, 2015) e França (2013, 2020) e as quatro dimensões da *trama acontecimental* imanentes ao acontecimento público, sendo que a partir da dimensão zero (*ruptura*) definida pela irrupção do fato, do fenômeno que contém o real e a verdade, inacessíveis na sua completude, as demais se sobrepõem e se alternam produzindo versões e decisões sobre o acontecimento, o que permite mantê-lo à tona e permanente. A segunda dimensão (*político-institucional*) está na disputa de interesses públicos e privados entre as instituições públicas e o Estado e as organizações privadas.

A terceira dimensão (*comunicação*) é constitutiva do acontecimento público porquanto dá visibilidade, cria o sistema simbólico e difunde narrativas das instituições e públicos afetados em disputa estratégica. Em disputa, narrativas e atos próprios do Estado democrático (comunicação pública); das organizações privadas (comunicação organizacional) e da comunicação midiática (imprensa e redes sociais) que difundem e produzem suas próprias versões.

A quarta dimensão (*permanência*) permeia as demais e serve à análise sobre a temporalidade do acontecimento dependente da sua visibilidade e apagamento e da sua transformação em objeto científico (Guerra, 2022).

Apresentaremos o exercício sobre a trama acontecimental aplicada às tragédias de Mariana (2015), causada pela empresa Samarco, e a de Brumadinho (2019), provocada pela empresa Vale, demarcadas por similitudes ambientais, institucionais, sociais, políticas, jurídicas, econômicas e comunicacionais. O recorte escolhido é a comunicação das empresas responsabilizadas pelas tragédias, para cotejar a comunicação pública, imanente ao acontecimento público e a comunicação cínica nas manifestações das empresas Samarco, Vale e a Fundação Renova, de acordo com a pesquisa inaugural do conceito efetuada por Fiorenza Carnielli (2021).

2 O acontecimento público

Acontecimento é palavra que pontua a experiência humana e conceito caro às ciências humanas e sociais, como indicam as diferentes perspectivas de Arquembourg (2003), Dayan e Katz (1995), Deleuze (2011), Nora (1974), Quéré (2005), Ricouer (2010), Tuchmann (1978) e Verón (1981) e no Brasil, Fausto Neto (1991); França (2017), Sodré (2009), Weber (2011) e destaque à pesquisa sobre acontecimento jornalístico com Benetti; Fonseca (2010); Leal; Antunes; Vaz, (2011); Marocco; Berger; Henn (2012).

Para o campo da comunicação, o acontecimento é conceito constitutivo: como pauta (o acontecimento jornalístico); como espetáculo midiático para as organizações de mídia que hibridizam informação e entretenimento e para as redes sociais, fragmentado e reduzido a opiniões pessoais em redes sociais. Denominado acontecimento público, abrange e problematiza questões sobre a memória e história e à temporalidade; desencadeia disputas entre o Poder Público, sociedade e organizações privadas em torno da verdade e de suas

responsabilidades; determina o debate público em torno dos temas de interesse público vinculados. Dois aspectos concorrem para a singularização do acontecimento público: a sua natureza, como as tragédias, por exemplo, que acionam a sua vinculação com o Estado (burocracia, legislação, decisões, soluções), e a sua potência quanto à ativação de temas de interesse público capazes de mobilizar a sociedade, o próprio Estado e o mercado. Nesse sentido, Guerra (2022, p.28) afirma que “o eixo da disputa de sentidos insere ao problema da visibilidade elementos culturais, históricos, psíquicos, identitários, particulares e coletivos, de sujeitos que constroem processos de significação sobre acontecimentos públicos”.

Os acontecimentos públicos são aqueles individualizados a partir da experiência pública que “é pública, não tanto porque é partilhada com outros, mas porque é informada por uma estrutura instituída da *acção* pública e pelo sentido impessoal que a constitui”, como afirma Quéré (2011, p.36) e são, assim, configurados a partir dos princípios do Estado democrático de Direito e também a partir da linguagem compartilhada pela comunidade política, salienta o autor (p.30).

A forma de organizar a experiência pública em um campo problemático é da ordem da reflexividade discursiva, já que os acontecimentos e os problemas públicos carregam consigo uma expectativa ética. Neste sentido, a experiência do acontecimento público tem contornos muito mais institucionalizados, próprios da sociedade democrática e aciona, necessariamente, os poderes públicos, o sistema midiático e os públicos direta e indiretamente afetados. Coelho (2013) ao analisar a *Operação Satiagraha* destaca uma tripla dimensão desse acontecimento público, relacionada à visibilidade e aos sentidos do que é público: (1) é visível; (2) é forma de conhecer, reconhecer e partilhar experiências; (3) é da ordem do Estado.

Há um desequilíbrio na ordem cotidiana das sociedades e na ordem institucional causado pelo acontecimento público, como afirma Weber (2011, p.189) na medida em que estão “relacionados ao interesse público, aos direitos humanos, à vida e à morte e, como tal, atraem a imprensa, as instituições públicas e privadas e desequilibram a ordem das coisas” e neste sentido, o acontecimento público permite identificar os processos de comunicação pública (p. 39). A autora salienta ainda que disputa de sentidos sobre o acontecimento gera “tensões passionais e racionais dos públicos envolvidos” (p 40), que se organizam em redes para se posicionar, buscar visibilidade e influenciar as decisões políticas sobre o tema e que “a ampla publicização dos problemas públicos garante a possibilidade de atores coletivos envolvidos nas

confrontações terem ações e discursos observados com a intenção de terem o reconhecimento de suas pautas” (p.35).

A experiência do acontecimento público é demarcada pela institucionalidade e discursividade, aspectos implicados em seus processos de individualização e problematização tramados e transformados em espaços de disputa estratégica de visibilidade sobre causas, sujeitos e versões do ocorrido e por poder de influência na definição de responsabilidades, consequências e decisões que alteram o presente e o futuro. Por isso, a problematização pública de um acontecimento contém a complexidade das relações e disputas de poder próprias do estado democrático, com debates públicos e a circulação de versões, através de dispositivos comunicacionais.

3. A trama acontecimental

Trama é palavra que associada a acontecimento está relacionada à ideia de *intriga* (*mis en intrigue*), utilizada por Quéré (2005, p.71) para se referir à totalidade contextual na qual os acontecimentos se juntam. A *intriga* equivale ao desenrolar do acontecimento ou de diferentes acontecimentos na experiência. A *trama acontecimental* destaca a construção e o compartilhamento do mesmo contexto temporal de sentido, instaurando um presente, revelando o passado e projetando o futuro em função do sentido novo que os acontecimentos revelam. Em par e em trama, as tragédias compartilham a mesma ordem temporal dos acontecimentos-objeto (QUÉRÉ, 2005, 2011).

Submeter a análise do acontecimento público à hipótese da *trama acontecimental* permite identificar os diferentes acontecimentos que se sobrepõem ao fenômeno ou fato que causa a ruptura da ordem, públicos afetados direta e indiretamente, e a responsabilidade do Estado e de organizações privadas. Estes processos ocorrem através da comunicação em seus diferentes dispositivos e estratégias. Os acontecimentos, especialmente aqueles na forma de tragédias, se tramam em conjunto, através de “sincronias, coincidências e circunstâncias” e na partilha do *processo de individualização*. Diferentes acontecimentos se interpõem e ampliam a sua singularização e as operações por meio das quais são dotados de coerência e identidade pelos públicos, tornando-se apreensíveis e observáveis como acontecimentos públicos implicados e inseparáveis, ensejando uma interpretação comunal que entendemos como *trama acontecimental*.

O impacto do acontecimento público que desequilibra a ordem social, política e os cotidianos é resignificado por estratégias, práticas e processos de comunicação desenvolvidos por instituições públicas, organizações privadas e públicos afetados. Sua potência e seu sistema simbólico são capazes de desequilibrar a ordem da vida individual e social e acionar e responsabilizar instituições públicas e organizações privadas em busca de respostas e soluções, em defesa de direitos. A complexidade deste encadeamento pode ser traduzida como a *trama acontecimental* feita de quatro dimensões imanentes ao acontecimento público e operada, através de categorias analíticas, especificamente, a ruptura, a política, a comunicação e a temporalidade.

A *dimensão zero (ruptura)*. É o momento de ocorrência de um fato ou fenômeno extraordinário que mostra a potência da morte e do medo e atinge indistintamente pessoas, instituições e o meio ambiente. A potência da morte presente na forma de tragédias ‘naturais’ (movimentos de terra e mar, pandemias) ou tragédias ‘provocadas’ (guerras, terrorismo, incêndios, destruição industrial) é mobilizadora e aciona o medo de cidadãos e governantes. O poder hermenêutico e de passibilidade do acontecimento (QUÉRÉ, 2005; FRANÇA et al, 2020) estão na ruptura da normalidade que afeta e suscita novos significados e alarga o horizonte de sentidos.

A *segunda dimensão (político-institucional)*. A visibilidade obtida na dimensão comunicacional aciona questões político-institucionais e de poder próprias do Estado Democrático que entram em disputa pela posse e interpretação do acontecimento. O arranjo político institucional pode ser identificado a partir das práticas das organizações públicas e privadas e dos públicos envolvidos que, além da singularidade das experiências vividas a partir dos fatos, têm meios políticos, econômicos e midiáticos muito díspares para dar visibilidade às suas posições, comunicar-se, influenciar a opinião pública e, por fim, a decisão pública. A trama acontecimental enseja desenho institucional conformado pela ação público-privada, em arranjo que é submetido à institucionalidade do Estado Democrático de Direito em seus níveis (municipal, estadual e federal) e nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), embora também possa ser resistente a ele.

A *terceira dimensão (comunicação)*. Constitutiva do acontecimento público decorrente da visibilidade obtida pelo fato ou fenômeno, então, explorado, registrado, simbolizado, dramatizado, através dos dispositivos midiáticos e da cobertura jornalística. Weber (2020) indica que os públicos se organizam e se posicionam a partir de redes de comunicação pública

a fim de intervir e deliberar nas decisões que lhes afetam. Quanto maior o impacto da tragédia, do fato extraordinário, maior será a visibilidade para o problema público, exigindo respostas e ações técnicas, políticas e jurídicas. A configuração do acontecimento ficará na dependência da visibilidade e dos interesses atrelados. Todas as tragédias e fatos extraordinários carregam na sua potência de afetação uma vasta carga simbólica que afetará passionalmente todos que acessarem este tipo de informação.

A trama de configuração do acontecimento público é engendrada por diferentes tipos de comunicação: a autonomia da comunicação midiática (mídias convencionais, plataformas, imprensa e redes sociais); a comunicação organizacional (entrevistas, relatórios, publicidade de organizações privadas envolvidas); a comunicação pública do Estado e instituições públicas pronunciada por manifestações de entes e instituições públicas responsáveis por envolvimento direto ou indireto no acontecimento público em questão, e a comunicação pública protagonizada pelos públicos mobilizados em torno do problema público. Todos esses aspectos estão implicados nos movimentos de narrativização do acontecimento, que caracterizam a segunda vida do acontecimento (QUÉRÉ, 2011).

A *quarta dimensão (permanência)* equivalente à temporalidade, ao tempo do acontecimento público. É possível identificar a permanência, ou o apagamento do acontecimento público, de acordo com o poder dos afetados, das ações empresariais e do Estado, assim como a disputa de interesses, ações burocráticas e o julgamento de causas. A transformação do acontecimento público em objeto científico também é investimento para a permanência do acontecimento (GUERRA, 2022).

A pesquisa que percorreu a hipótese sobre a trama acontecimental iniciou pela análise das tragédias ocorridas no setor de mineração de Minas Gerais, em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) e foram consideradas como unidade devido às similitudes geográficas, ambientais, organizacionais, sociais e comunicacionais, estabelecendo a vinculação das apresentações públicas e a produção de comunicação desenvolvidas pelas organizações responsáveis: Samarco, Vale e Fundação Renova⁴ (CARNIELLI, 2021).

⁴ A mineradora Samarco foi fundada em 1977 e tem como proprietárias Vale e BHP Billiton, duas das maiores mineradoras do mundo. Segundo informações da própria Samarco, em 2015, ela foi a 12ª maior exportadora do Brasil, registrou faturamento de 6,5 bilhões de reais, gerando cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos. A mineradora Vale foi criada em 1942 pelo Estado brasileiro e permaneceu como estatal até 1997, quando foi privatizada. É uma mineradora global com sede no Brasil e atuação em cerca de 30 países, empregando aproximadamente 110 mil pessoas, entre próprios e terceiros permanentes. Em 2018, logo antes da tragédia em Brumadinho, a empresa produziu 384,6 milhões de toneladas de minério de ferro, 244,6 milhões de toneladas de

A seguir, sintetizamos a pesquisa sobre as referidas tragédias (CARNIELLI, 2021), nas quatro dimensões de caracterização da trama acontecimental indicadas anteriormente (ruptura, comunicacional, político-institucional e permanência), tendo como subsídio a pesquisa histórico-documental com fontes na imprensa, instituições, órgãos públicos e organizações envolvidas.

4. A ruptura em Mariana e Brumadinho

A ruptura das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) é tragicamente simbólica: desencadeia uma trama acontecimental e oferece imagens de destruição e morte. Em 5 de novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos de minério de ferro da empresa Samarco foi à ruína em Mariana, a potência do acontecimento instalou a incompreensão. Mais de três anos depois, em 25 de janeiro de 2019, outra barragem ruiu, dessa vez em Brumadinho e de propriedade da mineradora Vale, sendo que as questões políticas, econômicas e jurídicas ainda permaneciam em aberto. A história se repetiu e esta segunda ruptura demonstrou a vulnerabilidade de dezenas de municípios onde outras barragens poderiam romper a qualquer momento. A lama invisível também se fez presente no medo e na insegurança.

A tragédia de Mariana é crime atribuído à Samarco, provocou a morte de 19 pessoas, e é considerado o maior desastre ambiental em extensão territorial de danos já registrado na mineração mundial. Na tragédia de Brumadinho, o rompimento do reservatório de propriedade da Vale é o segundo maior desastre em número de vítimas em barragem de mineração no mundo, matou 270 pessoas e comprometeu a bacia do Rio Paraopeba.

A série de correlações entre os dois acontecimentos permitiram identificar uma trama acontecimental, de acordo com Carnielli (2021). Especificamente, em relação à ruptura, o desencadeamento de acontecimentos: a mesma organização é protagonista em Mariana e Brumadinho já que a mina de Córrego do Feijão (Brumadinho), é da mineradora Vale, também proprietária de metade da Samarco, mineradora responsável pela barragem de Mariana; dados

níquel, 55,3 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro e 11,6 milhões de toneladas de carvão, com receita líquida de 36,5 bilhões de dólares. A Fundação Renova é organização sem fins lucrativos criada por meio de acordo da Samarco, Vale de BHP com os governos federal, mineiro e capixaba, em 2016, para lidar com as reparações junto a comunidades e meio ambiente atingidos pela tragédia de Mariana.

e informações sobre Brumadinho apontam para a repetição da tragédia em Mariana; as duas barragens foram construídas com a mesma estrutura (alteamento a montante) e tinham laudos que certificavam a sua estabilidade; os processos de licenciamento ambiental foram agilizados em relação ao trâmite previsto e romperam sem aviso de sirenes para as populações, produzindo mortes e destruição. Uma diferença é que a barragem de Mariana (Samarco), estava em operação (recebia rejeitos de mineração) e isso não ocorria em Brumadinho (Vale).

A ruptura trouxe à tona questões de ordem político-social em relação à preservação ambiental experimentadas nessa trama acontecimental, como a dependência econômica em relação à atividade de mineração, o poder das mineradoras e a limitada atuação do Estado, que não operou de forma adequada e capaz de impedir as tragédias.

A experiência de Mariana estabelece um repertório a partir do qual Brumadinho é percebido e significado, ao mesmo tempo em que Brumadinho retoma e ressignifica Mariana. É praticamente impossível, para atingidos, para o Estado, para a imprensa, para as mineradoras e para a opinião pública referir-se a Brumadinho sem citar Mariana e vice-versa. As duas tragédias, com diferença cronológica de três anos, dois meses e vinte dias, permanecem ligadas em uma única trama acontecimental. Assim, o critério de tessitura não é cronológico, mas de ordem simbólica que abrange processos de comunicação e políticos, conforme pretendemos apresentar nas próximas dimensões.

5. A trama político-institucional

Resumimos a tessitura das respostas públicas do Estado às tragédias de Mariana e Brumadinho, delimitadas a partir de documentação sobre a atuação e interesses dos três poderes instados a responder à ocorrência e consequências das tragédias: (a) entre o Poder Executivo e as mineradoras evidenciam-se as tramóias e acordos firmados para a reparação da destruição e a continuidade da atividade econômica de exploração mineral; (b) a atuação do Poder Judiciário e das instituições do Sistema de Justiça enreda-se o processo jurídico no acionamento incessante das mineradoras e dos públicos quer seja em movimento por reivindicação ou por negativa de responsabilização e punição pelos feitos, e (c) o desempenho do Poder Legislativo expressa as pressões e contrapressões públicas e privadas para revisão legal da atividade minerária.

O *Poder Executivo* em suas diferentes estruturas é imediatamente chamado a dar respostas aos acontecimentos que instalam a tragédia, quanto ao socorro, apuração, reparação,

fiscalização, licenciamento ambiental. O Estado também responde a questões sobre a economia da região (preservação econômica) considerando que Samarco e Vale são duas grandes organizações de projeção internacional e atradoras de mão de obra e desenvolvimento regional.

Como resposta à tragédia de Mariana, há uma ação concertada das empresas com o governo federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo que resultou na criação da Fundação Renova através da assinatura de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado em 2/3/2016, sem envolvimento das comunidades atingidas. A criação da Renova foi estratégica para reparação de danos na imagem pública das empresas Vale e Samarco a quem coube a condução de todos os processos de reparação junto às pessoas atingidas e às instituições mediadoras da tragédia causada pela Samarco. Enquanto a Renova especializou-se na reparação dos problemas provocados pela tragédia, a Samarco se ocupou das providências para voltar a funcionar (em 23/12/2020) e os acionistas Vale e BHP restringiram-se ao papel secundário de financiadoras. Os questionamentos à falta de independência da Renova em relação às mineradoras mantenedoras são constantes mesmo após a assinatura de novo Termo de Ajustamento e Conduta - TAC Governança, em 25/06/2018, com o objetivo de garantir a participação das populações atingidas.

A gestão da tragédia causada pela Vale, em Brumadinho coube à própria Vale responder a emergências e à reparação. As negociações da mineradora concentraram-se com o poder Executivo estadual, com a exclusão de atingidos e movimentos sociais do processo de negociação. Apesar disso, em 04/02/2021, foi celebrado o acordo para reparação que abrange o pagamento pela Vale de 37,68 bilhões de reais. Parte das ações será executada pelo Governo de Minas, por prefeituras e, outra, pela Vale, cabendo o papel de fiscalização à Controladoria-Geral do Estado, à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao Tribunal de Contas do Estado, às instituições de Justiça e às auditorias independentes contratadas.

O *Poder Judiciário* sedia importante frente de atuação estatal visando a apuração dos fatos e das medidas judiciais para seu julgamento e responsabilização. Pode-se considerar o trâmite judicial como uma reação típica do Estado Democrático de Direito a acontecimentos públicos que implicam desrespeito à lei. A teia processual das tragédias de Mariana e Brumadinho reflete a complexidade do sistema jurídico e a disparidade de condições econômicas entre os atores litigantes. Há processos sob jurisdição federal e estadual e a maioria deles ainda em tramitação, multiplicados pela diversidade de matérias em busca da garantia dos direitos penal, ambiental, cível, trabalhista e outros, individuais e coletivos afrontados pelas

tragédias. Esse trâmite se materializa em centenas de processos, petições, audiências, depoimentos, perícias, julgamentos, suspensões, recursos e toda sorte de procedimentos judiciais ainda longe de terem sua conclusão definitiva.

Na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, as ações do *Poder Legislativo* têm o objetivo principal de revisão das normas legais relacionadas às tragédias e é esperado que sejam capazes de impedir a sua reincidência. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais instalou a Comissão Extraordinária das Barragens (11/11/2015), que propôs projeto de lei com alterações na legislação e recomendações aos órgãos públicos de licenciamentos da atividade minerária. No entanto, a aprovação do Projeto de Lei 3.676/16 ocorreu apenas em 2019, após a tragédia causada pela Vale em Brumadinho. No âmbito Federal, após a tragédia de Mariana, na Câmara de Deputados, foi criada Comissão Externa cujo relatório final (maio de 2016) incluiu proposta de substitutivo ao novo código de mineração (então em discussão), projetos de leis modificando a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens (12.334/2010); a Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998) e a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010). Todas as ações mostraram-se insuficientes com a posterior ocorrência da tragédia de Brumadinho, que ensejou novas iniciativas legislativas.

Diante das tragédias, os diferentes órgãos do aparato estatal precisam mostrar respostas adequadas, capazes de lidar com a emergência pública e, dessa forma, reafirmar ou legitimar suas funções. Esse atendimento às demandas do público é tensionado pelos diversos interesses privados em jogo (indenizações aos atingidos, condições de vida, multas e condenações a empresas e pessoas, regulação da atividade econômica da mineração etc). Portanto, a trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho é instituída e também é instituidora de sentidos e arranjos público-privados, reveladores das forças e vulnerabilidades dos públicos envolvidos e do próprio Estado.

6. A dimensão comunicacional e a disputa da tragédia

A ruptura da realidade por um acontecimento desequilibra a ordem normal. A partir da sua visibilidade primeira (dispositivos de comunicação) e do acionamento dos poderes políticos (instâncias do Estado) e econômicos (organizações privadas) se dá a formação do acontecimento público e a sua disputa. Esta disputa segundo Weber (2011) ocorre no tensionamento de diferentes narrativas, tramadas por diferentes públicos a fim de que possam reorganizar sua experiência no mundo e também atender a seus objetivos estratégicos de

visibilidade e credibilidade (imagem pública) e para seus posicionamentos e reivindicações (relações de poder). Os públicos e as organizações públicas e privadas se movimentam e se estruturam para compreender, elaborar e responder ao impacto do acontecimento, discursivamente e através de ações, projetando também sua própria visibilidade.

Na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho, identificam-se compartilhamentos e disputas de versões no que se refere aos públicos dos acontecimentos vinculados às mineradoras Samarco e Vale. No acontecimento público destaca-se a experiência pública ou afetação determinada pelo interesse público acionado pela trama acontecimental. Os públicos importam na trama acontecimental na medida em que detêm a “experiência da mediação” segundo Esteves (2011, p.165), ou seja “proporcionam um *contacto* com universos de experiência através de representações simbólicas” e “a relação entre Público e Privado”. É nessa dinâmica que ocorrem as disputas de versões, ações e responsabilidades em nome da verdade, de justiça e reparação, passando pelos interesses individuais, sociais, políticos e econômicos relacionados às tragédias.

Diretamente afetados pela tragédia estão os mortos, suas famílias, as comunidades atingidas pela lama das barragens ao longo do curso dos rios que receberam os rejeitos e as pessoas que sofreram, direta ou indiretamente, os impactos ambientais. No plano social estão aqueles organizados em grupos e associações, os movimentos sociais historicamente em luta contra a mineração e as barragens, os sindicatos, as populações indígenas afetadas, além da opinião pública convocada pelo acontecimento público.

Ainda, no nível social tornam-se protagonistas a imprensa e os dispositivos midiáticos empenhados em cumprir a pauta jornalística, dando espaço a versões dos públicos e mantendo à tona o acontecimento público vinculado a interesses editoriais e mercadológicos. O terceiro grupo de públicos está constituído por atores e instituições federais, estaduais e municipais vinculados aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário cujas ações destacamos na dimensão política.

Na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, as dimensões catastróficas dos acontecimentos os inscrevem, imediatamente, “numa categoria mais ampla que atinge/prejudica a sociedade como um todo e deve ser alvo de tratamento e combate especiais” como afirma França e Lopes (2017, p.84). Sua característica pública não chega a ser colocada em questão, mas, certamente, suas causas e consequências estão sob disputa da gradação pública-privada.

Qual é o problema público (re)velado na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho? O inquérito da comunicação pública dessa trama acontecimental diz respeito a temas como exploração econômica de recursos naturais, regulação estatal de como pode ou deve se desenvolver a atividade da mineração e sua relação com mortes e destruição ambiental, apagamento de memórias, geração de lucros, empregos e desenvolvimento. Envolve, pois, questões do local ao global: do modo de vida de comunidades tradicionais e do patrimônio nacional ao capital e às relações geopolíticas internacionais. Esse inquérito é fundamental para a decisão do tipo de ações públicas exigidas pelos acontecimentos.

A visibilidade é aspecto obrigatório para o debate público e a problematização da trama acontecimental. No caso das tragédias de Mariana e Brumadinho se desenvolve em um campo de visibilidade compartilhado que se mantém ao longo do tempo devido a demandas dos públicos atingidos, ações de apuração, responsabilização e compensação conduzidas pelo Estado e a ininterrupta cobertura da imprensa, a difusão em redes sociais e aos investimentos em comunicação e propaganda realizados pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, responsabilizadas por sua ocorrência e reparação. É importante asseverar que, considerando a disputa intrínseca ao processo de problematização do acontecimento, a definição do problema público revelado (ou velado) na trama acontecimental das tragédias causadas em Mariana e Brumadinho segue em curso, com lances estratégicos dos diferentes públicos afetados.

Os públicos se organizam a partir de redes de comunicação pública (WEBER, 2017), a fim de participar e disputar a influência sobre os temas de interesse público. Para Weber (2017, p. 45), “um dos aspectos mais importantes é identificar o poder das redes em relação ao tema em questão”. Na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, há destaque para o poder econômico e sua tradução em termos de investimento comunicacional da *rede Mercadológica* (Vale, Samarco e Fundação Renova). As duas mineradoras são empresas privadas, tendo a orientação ao lucro como marca primeira de sua comunicação e a Fundação Renova, embora seja legalmente uma instituição sem fins lucrativos, está vinculada organizacionalmente às mineradoras Samarco, Vale e BHP. e. Esta rede torna-se um central na disputa de versões da trama acontecimental porque é a partir dela que é difundido o desenho narrativo de oposição ou confrontação de interesses entre mineradoras e atingidos.

À margem do poder econômico e comunicacional das empresas, estão as comunidades atingidas pelos rompimentos, as quais podem ser vistas como vulneráveis não apenas política

e economicamente, mas, também, comunicativamente. Quando em confronto de sentidos com a *Rede Mercadológica*, por exemplo, duas frentes narrativas podem ser delineadas: a narrativa da impunidade e reivindicação e a narrativa da reparação. A *narrativa da impunidade e reivindicação* é performada pelas pessoas atingidas, suas associações, movimentos sociais, assessorias técnicas, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas Federal e Estaduais (MG e ES), advocacia, representantes legislativos federais, estaduais e municipais e atinge representação e visibilidade em mídias próprias, especialmente na internet (sites e redes sociais), bem como na imprensa. Portanto, nessa frente narrativa há destaque para a atuação dos públicos a partir das *redes de Comunicação Política e de Comunicação Social* (no âmbito da Sociedade) e das *redes de Comunicação do Poder Legislativo* e de *Comunicação do Poder Judiciário* (no âmbito do Estado). A *narrativa da reparação* é protagonizada pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, além dos poderes Executivos federal e estadual (MG e ES), sempre parceiros de acordos e anúncios de investimentos, alcançando visibilidade pela cobertura da imprensa e, sobretudo, pelo investimento das organizações em mídias próprias (*sites* e redes sociais) e também pela compra de espaço de propaganda em diferentes veículos midiáticos. Sobressaem, então os ajustes entre a atuação da *rede de Comunicação Mercadológica* e as *redes de Comunicação do Poder Executivo*.

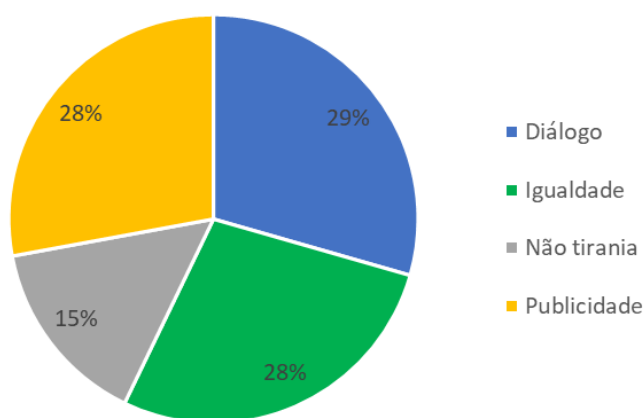
Essas duas forças narrativas, além de serem projetadas nos espaços de comunicação das organizações e dos públicos envolvidos, disputam a visibilidade conferida pela *rede de Comunicação Mediática*, afinal suas instituições, como afirma Weber (2017, p. 52-53) “são poderosas e necessárias à demanda das outras redes, assim como dos poderes, pois se constituem no espaço privilegiado de visibilidade e repercussão.”.

Em função da centralidade da *Rede de Comunicação Mercadológica* na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, a pesquisa analisou e cotejou os conceitos ‘comunicação pública’ e ‘comunicação cínica’ considerando a dimensão pública das tragédias e a responsabilidade das organizações envolvidas. O conceito da comunicação cínica (CARNIELLI, 2021; SLOTERDIJK, 2012; SAFATLE, 2008) subsidia a leitura crítica do poder de comunicação estratégica das organizações no ambiente democrático mediado pela comunicação pública. A análise de conteúdo abarcou o conteúdo de 14 relatórios anuais, ou bienais produzidos pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, ao longo de seis anos: o período de 2015 tragédia de Mariana - da Samarco); 2016 (criação da Fundação

Renova), 2017, 2018, 2019 (tragédia de Brumadinho - da Vale), e a repercussão, de 2020 até julho de 2021 – somando 2045 páginas.

Através da estratégia sistematicamente reproduzida ao longo dos relatórios de atividades publicados por Samarco, Renova e Vale identifica-se o paradoxo dialógico entre os níveis explícito e implícito da comunicação (BOHMAN, 2000). Em seus relatórios, as organizações explicitam o diálogo como valor orientador da sua comunicação com os públicos, declarado como seu compromisso de comunicação democrática, participativa, transparente e respeitosa – conforme sintetizado no Gráfico 1.

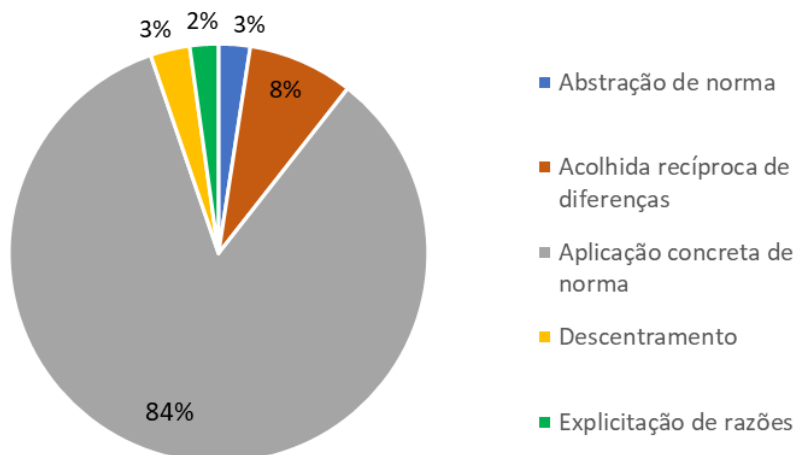
Gráfico 1 – Critérios da comunicação pública evidenciados no nível explícito da comunicação para Samarco, Fundação Renova e Vale



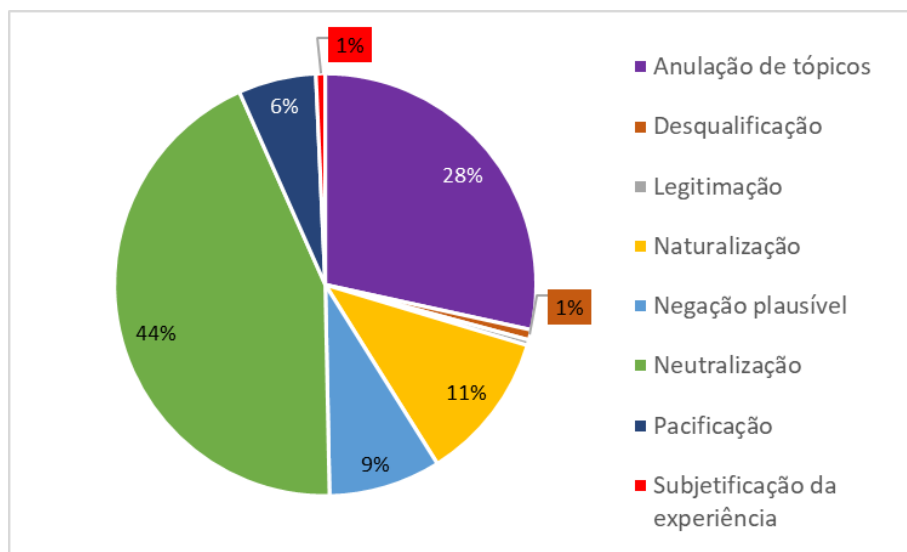
Fonte: CARNIELLI (2021, p. 187).

No entanto, as organizações, implicitamente, apresentam um campo de forças antagônicas de promoção ao diálogo (sintetizado no Gráfico 2) e de impedimento à interação dialógica (sintetizado no Gráfico 3).

Gráfico 2 – Estratégias implícitas de promoção do diálogo para Samarco, Renova e Vale



Fonte: CARNIELLI (2021, p. 202).

Gráfico 3- Estratégias implícitas de obstrução do diálogo para Samarco, Renova e Vale

Fonte: CARNIELLI (2021, p. 225).

Samarco e Vale, com a sustentação da Renova, operam, ao longo do tempo, uma mudança de posição de sujeitos das tragédias de Mariana e Brumadinho: partem da negação do sujeito causador e destruidor, passam pelo sujeito recuperador e financiador para chegar ao sujeito inovador e desenvolvedor. Os processos comunicacionais das três organizações incluem estratégias para tentar impedir o reconhecimento dos problemas em torno da mineração, silenciar a percepção de quem se vê afetado e, assim, impedir que se transformem em um problema público. Os movimentos distorcivos de obstrução ao diálogo estão na comunicação avessa a interesses alheios (neutralização), nos silenciamentos e os ocultamentos (anulação de tópicos), na obstrução analítica (naturalização de ideias) e em jogos de ambiguidades (negação plausível) (CARNIELLI, 2021, P. 186 a 289) – conforme sintetizado no Gráfico 2 a seguir.

A imagem pública tramada em operações sistemáticas de distorção à comunicação (HABERMAS, 1970; BOHMAN, 2000) apresenta as mineradoras estrategicamente responsivas ao público e à democracia, mas paradoxalmente, a sua prática é a de uma (pseudo)comunicação destinada ao controle estratégico e não à interação dialógica. As distorções são eficientes na proteção contra controvérsias, conflitos e negociações mediados em público. Na comunicação cínica, a imagem pública chancela a ação privada autocentrada a partir da distorção da comunicação pública.

7. A permanência do acontecimento público

A duração do acontecimento público na trama acontecimental não está estrita à sua ocorrência espaço-temporal. Os acontecimentos das tragédias de Mariana e Brumadinho (re)acontecem a cada ato reivindicatório dos atingidos, decisão judicial, revisão da fiscalização, promessa de acordo celebrado, denunciado e desfeito. São, portanto, os públicos que mantêm a trama acontecimental viva em suas experiências.

Na trama acontecimental de Mariana e Brumadinho, paradoxalmente, a lama parece revelar o que estava encoberto. Sua irrupção é metáfora para a força de revelação do acontecimento. A sucessão de duas tragédias de grande porte com barragens e o risco iminente de novos rompimentos ressignificam a história da mineração em Minas Gerais, ativando rearranjos de sentidos. Do passado de convívio estabelecido com a mineração, irrompe, no presente, a imposição de uma tragédia que instala um novo campo de leitura para a atividade minerária, projetando no futuro mais fortemente os riscos e as perdas irreversíveis da exploração minerária. Nesse sentido, como destacam França e Lopes (2017, p. 76) “o acontecimento torna também perceptível a movimentação de temporalidades”.

Assim, é plausível considerar que essa trama acontecimental, ao ressignificar a experiência temporal, engendra um reenquadramento da mineração no Brasil e, especialmente, em Minas Gerais. O vazamento da lama traz à tona, por exemplo, argumentos sobre a falência do modelo minerador que se encontravam à margem, circulando apenas em movimentos sociais de resistência à atividade. A mineração, que, especialmente a partir dos anos 2000, viveu ciclo de crescimento e ativava sinônimos positivos como investimento, riqueza, geração de empregos, expansão e lucros, passa a ser confrontada mais amplamente com a face negativa: morte, destruição, descaso, cobiça, corrupção.

No entanto, conforme demonstra Motta (2021), apesar dos repetidos desastres causados pela mineração em Minas e das ações de resistência à mineração, há o silenciamento dos conflitos ambientais que permeiam o contexto das tragédias de Mariana e Brumadinho. Sua conclusão é de que as barreiras à abordagem do problema na esfera pública são consequência de profundas desigualdades de poder e de recursos dos atores envolvidos, o que faz com que o debate seja reduzido a lampejos efêmeros. Há estrangimentos relativos às diferentes temporalidades que marcam as experiências de pessoas atingidas e de atores do mercado e do Estado, além de tentativas de controle do ritmo dos conflitos, com reflexos nos engajamentos

para solução dos problemas. Essa intervenção sobre mecanismos ou fatores temporais é uma das desigualdades de poder percebidas por Motta (as outras são de visibilidade, financeiro e de influência).

A análise empreendida sobre os movimentos da comunicação estratégica que constata a comunicação cínica prolongam e estabilizam o tempo de disputa da trama acontecimental, em sucessão e multiplicidade de instâncias, acionamentos e questões abertas que convocam a atenção pública em moto contínuo e impedem apaziguar ou *resolver* o problema público, que não chega a atingir o estágio de *normalização* que, segundo França e Lopes (2017, p. 84) ocorre na observação “daquele momento em que a curva de interesse e mobilização em torno do acontecimento desce, o estranhamento que ele provocou é reduzido ou esquecido e a normalidade readquire seu ritmo”. No entanto, sustenta-se que na trama acontecimental a extraordinariedade disruptiva da experiência se prolonga no tempo gerenciado e distendido a partir dos acionamentos próprios das investidas estratégicas de comunicação dos diferentes atores envolvidos, de forma que a normalização do acontecimento parece não ser atingida – antes, instaura-se a disputa permanente de um acontecer tramado e retramado.

Isso se daria pela ação estratégica da comunicação cínica que se instaura sobre a comunicação pública e estabiliza a crise⁵. A situação instalada cinicamente cria espécie de labirinto temporal que impede o tratamento público e ético do acontecimento, tal como eticamente desejado no processo de comunicação pública. Na dimensão temporal da trama acontecimental, a permanência não diz das soluções e aprendizados formulados no debate público exigido aos problemas públicos. O que permanece é o tempo insolúvel e paradoxal, de um acontecer em *looping*, renovado em lances estratégicos, que estabelece uma afetação pública anômala. Como resultado, o desfecho do acontecimento é estrategicamente sequestrado na trama acontecimental, impondo a sua permanência insolúvel.

8 Considerações

Os acontecimentos públicos fazem a memória e a história e, como tal, provocam os regimes políticos. Enquanto nas democracias a visibilidade e a comunicação sobre fatos, ações e discursos podem ser avaliados, reformulados e contestados – através do debate público

⁵ Safatle (2008) argumenta que o cinismo, com seu caráter paradoxal, seria o elemento de estabilização e de interação na situação atual de crise de legitimidade que, antes de precipitar a situação de fato crítica, a estabiliza por meio do paradoxo cínico, instalando a anomia de uma racionalidade cínica.

mantido pelas mídias, redes sociais, Estado e sociedade organizada –, nos regimes autoritários podem ser escondidos e apagados, subtraindo importantes aspectos da história e da memória.

A trama acontecimental atribuída às tragédias de Mariana e Brumadinho permitiu decupar um acontecimento público e analisar partes que lhe conferiram visibilidade na disputa por verdades, através de atos e discursos em estratégias capazes de acionar os campos da comunicação e da política. A existência de temas de interesse público decorrentes dessas tragédias provocou um debate público entre a sociedade, mídias, mercado e estado. Nessa perspectiva foi possível acionar a comunicação pública, na tensão entre normatividade, facticidade e estratégia, assim como permitiu identificar as dimensões da trama acontecimental, além de cotejar a comunicação pública e a comunicação cínica que definiu as manifestações das empresas.

A intervenção da comunicação cínica resultante da ação estratégica das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale no espaço público desrespeita as experiências e a temporalidade do aprendizado e da qualificação democrática. Ela opõe barreiras à problematização das questões públicas relacionadas à mineração potencialmente reveladas na trama acontecimental. Uma vez que extravasada, a lama impossível de ser contida mais encobre do que revela. Diante do poder hermenêutico de revelação do acontecimento público, a ação estratégica das organizações é para neutralizá-lo, silenciá-lo e pacificá-lo sob a égide da imagem pública de organizações mineradoras reparadoras, inovadoras e desenvolvedoras, camuflando sua posição de causadoras das tragédias e de empreendedoras de uma mineração destrutiva.

A complexidade da trama acontecimental permite identificar a abrangência e as consequências do acontecimento público, assim como inferir sobre a sua permanência temporal na memória e na história, ou seu apagamento, que ocorre entre a manutenção da visibilidade e da comunicação pública, institucional, midiática através das disputas entre os interesses públicos e privados. A trama acontecimental – na sua totalidade ou em parte – serve à análise de fatos extraordinários e de tragédias que determinam a configuração do acontecimento público desequilibrador da ordem. São muitos os exemplos a perseguir e todos cumprem as etapas da trama, em maior ou menor intensidade. Os fenômenos da natureza como os maremotos, vulcões, tremores de terra irrompem e são facilmente explicáveis pela ciência, alimentam esteticamente as mídias e exigem reparação. Mas a natureza tem demonstrado em

incêndios florestais, alagamentos e desmoronamentos a responsabilidade do Estado e de organizações privadas.

Muitos acontecimentos públicos são instigantes para que sejam entendidas as disputas por versões empreendidas pelas instituições e públicos envolvidos na trama acontecimental. Alguns exemplos. De quem é a responsabilidade sobre as tragédias “naturais” de fogo, ocorridas frequentemente no Pantanal e na Amazônia? Os dramas de alagamentos e soterramentos em perímetros urbanos relacionados a chuvas ou a estiagem que mata também não são fenômenos naturais e acionam o debate público, obtêm visibilidade, mas retornam, pontualmente, na medida em que a responsabilidade devida não é imputada a quem de direito, na medida em que esses fenômenos atingem a população mais vulnerável.

Incluímos dois exemplos que já estão demarcados como permanentes, como registros de memória e históricos. O primeiro é o trágico Incêndio da Boate Kiss, que matou 242 pessoas, em 2013, em Santa Maria (RS) e é mantido cada vez mais comunicante, permanecendo pela visibilidade na imprensa, em fragmentos nas redes sociais e mantido à tona na organização da sociedade em grupos e redes, em busca de justiça e reparação.

O segundo acontecimento público a ser citado é a recente invasão aos prédios dos Três Poderes da República, no dia 8 de janeiro de 2023. Em ato de desobediência civil, tentativa de golpe ou terrorismo, centenas de pessoas invadiram e depredaram os prédios e muitas foram presas. Transformado em acontecimento público, sua conformação em trama ainda reside na disputa de versões e ações judiciais e políticas, mobilizando a imprensa, as redes e os poderes constituídos.

Outra perspectiva de análise são aqueles acontecimentos, que mesmo trágicos, são normalizados por processos de visibilidade e comunicação. A violência do feminicídio, por exemplo, não causa a ruptura do equilíbrio da ordem social, mas pequenas e constantes rupturas que atingem mulheres e crianças, desequilibram a ordem familiar e ofendem a civilidade.

Após a ruptura da ordem causada por um fenômeno da natureza (alagamentos terremotos) ou provocada por intervenção técnica ou humana (incêndios) a visibilidade atribuída ao acontecimento revela sua potência e o configura como acontecimento público disputado na trama acontecimental. A potência do acontecimento é definida pela sua natureza (vida ou morte) e os impactos nos circuitos cotidianos e rotinas e pelos interesses e

responsabilidades de organizações públicas e privadas, direta e indiretamente envolvidas na trama acontecimental.

Referências

- ALSINA, M. R. **A Construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007
- ARQUEMBOURG, J. **Le temps des événements médiatiques**. Bruxelles: De Boeck Université, 2003.
- BECKER, C. L. **Comunicação e interesse público: o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). UFRGS| FABICO| Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2017.
- BENETTI, M.; FONSECA, V. (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BOHMAN, J. When water chokes: ideology, communication, and practical rationality. **Constellations**, v. 7, n. 3, p.382-392, 2000.
- CARNIELLI, F. Z. **Comunicação pública e comunicação cínica na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) UFRGS| FABICO| / Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre, 2021.
- CHAMPAGNE, Patrick. **La construction médiatique des “malaises sociaux”**. in Actes de La Recherche. Paris: CNRS/ Ed. Minuit, 1990.
- COELHO, M. P. **O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). UFRGS| FABICO| / Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2013.
- DAYAN, D. e KATZ, E. **La historia en directo**. La retransmisión televisiva de los acontecimientos. Barcelona: G. Gili, 1995.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Edições Afrodite, Lisboa. s/d
- DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2013
- ESTEVES, J. P. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- FAUSTO NETO, A. **Mortes em Derrapagem - Os Casos Corona e Cazuza no Discurso da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: RIOFUNDO, 1991.
- FRANÇA, V. *et al.* (org.). **Diário da Quarentena: a pandemia de COVID-19 como acontecimento**. Belo Horizonte: Fafich: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.
- FRANÇA, V. V. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, [S.l.], n. 10, sep. 2013.
- FRANÇA, V. V.; LOPES, S. C. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 71-87, 2017.
- GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.
- GUERRA, L. F. **Organização, complexidade e encadeamentos de acontecimentos públicos na produção de conhecimento em comunicação e política do grupo de trabalho da Compós (2000-2021)**. Tese (Doutorado em Comunicação) UFRGS| FABICO| / Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre, 2022.
- HABERMAS, J. On systematically distorted communication. **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy**, v. 13, n. 1-4, p. 205-218, 1970.
- KEGLER, B. **Redes de comunicação pública, visibilidade e permanência do acontecimento público tragédia Kiss (Santa Maria, Brasil, 2013)**. Tese (Doutorado em Comunicação e

- Informação). UFRGS| FABICO| / Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2016.
- LEAL, Bruno; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular, 2011.
- MAROCCO, B., BERGER, C.; HENN, R. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento**. Diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012.
- MOTTA, F. M. **Constrangimentos ao debate público sobre mineração em Minas Gerais**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- NORA, P. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, J. **Fazer história**. São Paulo: Bertrand, 1974. (p. 243-263)
- PIRES, Fernanda Bastos. **Marielle Franco, um acontecimento antropofágico: a comunicação de um corpo incômodo a cultura e política do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). UFRGS| FABICO| / Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre, 2020
- QUÉRÉ, L. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio** (Lisboa), v. 10, p. 13-37, 2011.
- QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-76, 2005.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. V.1. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SLOTERDIJK, P. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THOMPSON, J. B. **O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TUCHMANN, G. **Making News**. A study in the construction of reality . New York: The Free Press, 1978)
- VERÓN, E. **Construire l'événement: les médias e l'accident de Three Mile Island**. Paris: Éditions de Minuit, 1981.
- WEBER, M. H. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio** (Lisboa), v.10, p. 189-203, 2011.
- WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. **Comunicação pública e política: pesquisa e prática**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-56.
- WEBER, M.H.. Um paradoxo político-comunicacional: hipótese sobre o poder, provocada por Dilma Rousseff. In: Weber, M.H. (Org.). **Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma**. Porto Alegre: Figura de Linguagem, 2022, (p. 784-872).